

Governo tem várias opções para fazer o expurgo dos índices

Da sucursal de
BRASÍLIA

O ministro do Planejamento, Delfim Netto, reuniu-se, ontem, no Palácio do Planalto, com o presidente da Fundação IBGE, Jessé Montello, e o secretário da Seap, Milton Dallari, para um exame da metodologia elaborada pela diretoria técnica do IBGE destinada a expurgar o INPC dos efeitos dos aumentos dos preços dos produtos importados — derivados de petróleo e do trigo — e do produtos afetados por acidentes climáticos.

Tanto o presidente do IBGE quanto o secretário da Seap não quiseram dar detalhes dos estudos, alegando que ele são de natureza estritamente técnica. Sabe-se, contudo, que a nova metodologia possibilita a utilização de diversos níveis de expurgo, justamente para possibilitar uma negociação política, oferecendo-se ao presidente da República uma série de opções, que vai desde o expurgo total, de uma só vez, até o parcelado em três ou quatro vezes, para que a queda do salário real não seja tão grande.

Outro ponto de destaque da nova metodologia é que ela poderá ser implantada a qualquer momento, sem necessidade de nova legislação

ou de qualquer alteração nas normas que instituíram o INPC. Bastará uma resolução do IBGE, publicada mensalmente, indicando a taxa semestral do INPC expurgado e do INPC puro, aplicando-se a primeira aos reajustes salariais, de acordo com o Decreto-Lei nº 2.024, que disciplina a forma de aplicação do índice.

A definição da metodologia de expurgo do INPC é, contudo, apenas uma fase do processo de desindexação iniciado pelo governo. Há, também, o estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas, relativo ao expurgo dos índices por ela calculados, especialmente o Índice Geral de Preços (IGP), que reflete a inflação, e a necessidade de compatibilizar IGP e INPC, para que eles possam ter a mesma variação ao longo de um quadrimestre.

Como o expurgo será total, alcançando não só a correção salarial, mas igualmente a correção monetária e a cambial, outro ponto a ser negociado é a aplicação do redutor sobre estas duas últimas correções, tendo em vista a necessidade de não reduzir substancialmente a rentabilidade das cadernetas de poupança — na hipótese de um redutor alto — nem aumentar perigosamente o saldo da dívida interna — no caso de um redutor baixo.